



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 03 / 09

Data da Sessão: 29 de Abril de 2009

Início da Sessão: 15.30 horas

Fim da Sessão: 18.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr.-----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29**

----- Aos 29 dias do mês de Abril do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

-----**PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

-----**PONTO TRÊS** – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO, PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SOBRE O PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP) RELATIVO À DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – REGIME JURIDICO DA RESERVA AGRICOLA –DL 196/89, DE 14 DE JUNHO;

-----**PONTO QUATRO** – INFORMAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA DIRECÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA DO CENTRO (DRE-CENTRO) DE COIMBRA PARA AVEIRO; -----

-----**PONTO CINCO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-VELHO; -----

-----**PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO; -----

-----**PONTO SETE** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008. -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às quinze horas e trinta minutos. -----

----- **PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Parda, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Manuel Cardoso Bucu, José Uriel Carvalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

Breda e os PJF de Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

-----**AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS** - Membros: Fernando Jorge dos Ramos, José Laranjeiro Costa e Jorge Luís Forte Camarneiro, este substituído por Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, de acordo com os artigos 78º e 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Presença dos Vereadores: Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, António Girão Rasteiro, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge e Manuel Alberto Gonçalves Góis. -----

-----**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA;**-----

-----O PMAM usou da palavra e disse: “Verificada a existência de quórum vamos dar início à Sessão Ordinária, pelo que apresento cumprimentos aos Membros da MAM, ao PCM, aos Vereadores Municipais, a todos os Membros desta AM, aos PJF, à colaboradora Neiva Esteves e ao público, em geral. -----

-----Foi apresentado o resumo da correspondência recebida e expedida, desde a última Sessão, e que não consta do mapa / resumo, oportunamente, enviado e do qual consta: carta de pedido de substituição do Membros da AM Jorge Luis Forte Camarneiro; convite do Grupo Folclórico da Associação Cultural de Meãs para participação do 34º aniversário, que irá decorrer no dia 13 de Junho; projecto de resolução do PCP sobre a suspensão da aplicação de taxas de recursos hídricos; carta da CIM do Baixo Mondego a enviar moção sobre a deslocalização da DRE - Centro, bem como a Conta de Gerência; pedido de justificação de falta, a esta Sessão, do Membro Fernando Ramos. -----

-----Passou-se, de imediato, à análise e votação da acta nº 01, de 16 de Fevereiro, do corrente ano. Não se tendo registado intervenções, passou-se, de imediato, à votação em que se obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões – 01;-----

----- Votos a favor – 31. -----

----- A presente acta foi aprovada por maioria.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

-----Foram, então, dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes.-----

----- Logo após o PJF de Verride, disse: “No dia 1 de Maio de 1836, nascia em Verride, Manuel Maria de Macedo Pereira Coutinho Vasques da Cunha Portugal e Menezes, conhecido por Manuel Macedo, artista e notável homem das artes, tendo sido considerado como o melhor ilustrador do século XIX. Pertenceu a uma das mais antigas e fidalgas famílias da região e era filho do Morgado do Cardal. Estudou arte no Porto, mudando-se para a Universidade de Coimbra onde estudou pintura. Mais tarde, em Lisboa onde se dedicou à cenografia, desenhou para os Teatro Príncipe Real e D. Maria II. Em 1878 fundou a Revista “O Ocidente” tendo desempenhado as funções de Director Artístico e Ilustrador. Os seus dotes abrangiam também uma vasta cultura literária linguística o que permitiu que se traduzisse para português várias obras inglesas, francesas e alemãs. Em 1884, ocupou o lugar de Conservador do Museu de Belas Artes e foi colaborador da Revista “À Portuguesa”, que surgiu 1895, vindo a falecer a 20 de Outubro de 1915, com 60 anos de idade. -----

----- Em, homenagem a este grande vulto da arte e da ilustração, a JF de Verride, com a colaboração da CMMV, vem convidar todos para que tomem parte na divulgação da sua obra, numa exposição que estará patente no Centro Cultural e Recreativo e Desportivo de Verride, nos dias 1, 2 e 3 de Maio com a inauguração pelas 17 horas do dia 1 de Maio. Obrigado”.-----

----- O PJF de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “No dia 29 de Abril de 1909, nasceu uma Montemorense de seu nome Elisa Maria Abrunheiro que, felizmente, ainda se encontra entre nós, completando, precisamente, hoje, 100 anos e a JF vai associar-se a uma pequena festa de homenagem feita pela família. Obrigado”. -----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMNRC) pediu a palavra e disse: “Quero realçar alguns pontos importantes que ocorreram no Concelho, no passado mês de Março, na esfera de acção lúdico-cultural e, desta maneira, queria relevar, com apreço, a organização e o acontecimento que foi o XIII Festival da Lampreia que ocorreu na Ereira, no passado dia 15 de Março. -----

----- Pretendo, ainda, nesta área da gastronomia salientar e enaltecer o VII Festival do Arroz e da Lampreia que decorreu em Montemor-o-Velho, de 20 a 29 de Março. Isto, apesar da presente dificuldade que a todos nos condicionam fortemente, os referidos eventos tiveram presenças

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

assinaláveis, mercê da sua organização e prestação e, também, algum carisma, potenciando estas iniciativas para um âmbito não só regional, mas também nacional. -----

----- A lampreia do Mondego e o arroz carolino do Baixo Mondego estiveram em evidência nestes 2 eventos afigurando-se já hoje como 2 espécies diferentes, mas que se conjugam de forma harmoniosa. -----

----- Quero, ainda, salientar e deixar uma palavra para a organização dos Rituais de Vida e Morte que ocorreram em Liceia, no passado dia 4 de Abril. -----

----- Nesta área cultural quero, também, enaltecer a ideia da CMMV, aquando das comemorações do Dia Mundial do Teatro, em que prestou uma homenagem simples e singela às gentes do teatro concelhio. -----

----- Finalmente, uma palavra de apreço para os elementos que pertencem ao tecido associativo concelhio que, com a sua prestação conseguem complementar a organização da CMMV nos diversos eventos por ela organizados, contribuindo para um melhor resultado final dos mesmos. A todos os elementos do tecido associativo concelhio um muito obrigado e parabéns pelo trabalho que desenvolvem, complementando a actividade camarária”. -----

----- O Membro Filipe Carraco (CMNRC), disse: “A minha intervenção prende-se, mais uma vez, com a situação que vivemos na agricultura no Baixo Mondego, louvando os esforços conjuntos das Cooperativas e Associações sectoriais que colocaram de parte divergências antigas e se juntaram num grupo de trabalho para elaborar um diagnóstico conjunto, transversal a todos os sectores, e o apresentaram às entidades competentes, na sequência de um repto lançado pelo PCM, no passado dia 8 de Setembro, aquando da visita do Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva. A parte local foi cumprida. Cabe agora questionar: o que é feito dos compromissos assumidos nesse dia, pelo Ministro da Agricultura? Onde está a comissão conjunta que irá fazer a reavaliação do projecto e os resultados? Quando os teremos? Onde estão as linhas de enquadramento no QREN para a conclusão da Obra Hidro-Agrícola do Baixo Mondego? Para quando a resolução desta situação que se arrasta há décadas? Não deixaremos cair esta situação no esquecimento já que o interesse das nossas populações, nomeadamente do vital sector agrícola, exige respostas urgentes e o cumprimento das promessas feitas”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

----- O Membro Celeste Duarte (CDU) pediu a palavra e disse: “É, para mim, sempre uma honra regressar, ainda que pontualmente, a este espaço que é símbolo da democracia e, onde para além de muitos adversários, perdoem-me a imodéstia, tenho também amigos que muito me honram com a sua amizade e com todo o respeito, naturalmente. -----

----- Sendo que esta Sessão Ordinária da AM decorre entre 2 datas de grande júbilo para o povo português, não queria deixar de dar algum testemunho e deixar algumas palavras que me parecem fundamentais, nestes tempos de ventos que sopram não se sabe bem de onde. Há dias atrás celebrámos o 25 de Abril, efeméride comemorativa do derrube do fascismo e das conquistas históricas e revolucionárias aliadas à data que importa, hoje mais do que nunca, zelar para que sejam defendidas por todos os meios e em todas as circunstâncias. Por todo o país realizações, com maior ou menor visibilidade, deram corpo à comemoração desta data. Lamentável é o apagamento feito em determinados locais, fazendo de conta que este é, apenas, mais um feriado do calendário nacional, este ano ainda mais acentuado pelo facto de coincidir com o fim-de-semana. É triste que, por exemplo na capital do Distrito não tenha havido sequer a e esperada Sessão Extraordinária da AM retirando, assim, significado político à data. Completamente revoltante, e por tal motivo aqui trazida, a provocação da inauguração do espaço dedicado ao famigerado Oliveira Salazar em Santa Comba Dão. Não De modo algum os argumentos de que apenas se tratou de uma inauguração, de uma requalificação urbanística, há muito esperada, disfarçam o indisfarçável. A escolha da data, para o efeito, é tudo menos inocente e foi interessante a verificar pelos títulos dos jornais da manhã seguinte - a inauguração decorreu sem incidentes. Porquê? Havia esperança de que fosse de outro modo? Talvez uma pequena arruaça desse jeito a estes senhores para a sua vitimização, para umas atoardas que pudessem desferir contra os indignados com esta vergonha. O certo é que, com provocações ou sem elas, maioritariamente, este país vai continuar a defender os valores ideais de Abril e aqui reafirmamos, uma vez mais, a nossa firme disposição, enquanto comunistas e patriotas, para este combate em que estarão, certamente, connosco repudiando as manobras de branqueamento do fascismo e dos seus executores. -----

----- A outra data importante é já depois de amanhã. Todos os que amam o lado inestimável da liberdade, alcançada há 35 anos atrás, terão a oportunidade de reafirmar a actualidade dos valores então depositados em nosso regaço e a determinação da sua defesa e alargamento em prol de um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

país mais justo, mais fraterno, mais civilizado. Desta tribuna os saudamos. Na próxima sexta-feira, muitos portugueses e portuguesas, num contexto de grande ataque aos direitos consagrados na Constituição do República e de retrocesso civilizacionais, irão estar nas ruas, por um melhor emprego e na defesa dos seus legítimos direitos de querer mudanças de políticas e de rumo, exigindo o respeito e a dignificação que merecemos. Nestes tempos em que nos querem fazer querer que o trabalho não é um privilégio e é um direito fundamental, este 1º de Maio será de luta e de reafirmação das razões de Abril”. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**7º Festival do Arroz e da Lampreia**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo SMAM, Vítor Travassos, da CMNRC ("**Diversos**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **02**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**Encontro de Tunas Académicas**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **03**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Filipe Carraco, CMNRC, ("**Comemoração do Dia do Trabalhador (1º Maio) e o Flagelo do desemprego**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **04**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Recomendação** subscrita pelos PJF de Abrunheira e Ereira, Carlos Alves e Fernando Curto ("**Encerramento da Firma Fapsur**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **05**. -----

-----Esta Recomendação será enviada à Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29**

-----**Moção** subscrita pelo Membro Filipe Carraco, CMNRC, ("**50º Aniversário do Clube Desportivo Carapinheirense**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **06**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**13º Festival da Lampreia**"), conforme documento anexo à presente acta sob o número **07**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias ("**Feira à Moda Antiga da Freguesia de Tentúgal**") documento anexo à presente acta sob o número **08**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, Fernando Curto ("**Escolinhas de Futebol do Grupo Desportivo da Ereira**") documento anexo à presente acta sob o número **09**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Arazede, Aurélio Rocha ("**II Feira do Livro Infantil de Arazede**") documento anexo à presente acta sob o número **10**. -----

----- Não havendo intervenções, passou-se, de imediato, à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;**-----

----- Considerando que não se registou qualquer pedido de intervenção neste ponto da OT, o PCM, referiu: “Apenas algumas notas na sequência de algumas das Moções que aqui foram apresentadas especialmente nas que se referem a questões que se prendem com um dos maiores flagelos da sociedade - o desemprego - e que já atingiu famílias do nosso Concelho, por 2 vezes. Em relação a essa matéria, está marcada uma reunião, para segunda-feira, com o PJF da Ereira, que se fará acompanhar pelo PJF da Abrunheira, onde tomarão conhecimento de um conjunto de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

medidas que irão ser tomadas e que poderão passar pela isenção do pagamento de refeições dos filhos que se encontram a frequentar o 1º CEB, de componentes de apoio à família dos que estejam integrados nos Jardins de Infância das áreas envolvidas pelo ensino público, reavaliação da situação económica dos alunos que frequentam o 2º e 3º CEB e do ensino secundário, para avaliar a possibilidade de serem apoiados na acção do apoio ou da acção social escolar, isentar o pagamento da comparticipação de 50% do transporte escolar dos que frequentam o Ensino Secundário, distribuir produtos alimentares no âmbito do programa comunitário de Ajuda Alimentar a carenciados e proceder à avaliação das situações sócio-económicas, para eventuais encaminhamentos, nomeadamente a prestação de rendimento social de inserção ou de apoios por via do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Dentro deste campo informo, também, que foi aprovada, de acordo com uma candidatura formalizada, a criação dum gabinete de inserção profissional que irá, próximos 2 anos, ter como meta e objectivo vir a trabalhar com cerca de 800 a 900 desempregados, através de acções que possam promover a sua inserção profissional ou a sua dotação com Saberes Comportamentais, por outras palavras Formação Profissional Adequada, para podermos vir a colmatar estas circunstâncias que, neste momento, assolam todo o país e que é sempre desagradável quando o valor, nem que seja de um só desempregado, é registado pela estatística. É evidente que a nossa taxa não é das mais altas, nem da região, nem do país, mas isso não nos pode acalmar no sentido de aplicar uma medida preventiva e de cautela para poder fazer face a estas situações”.-----

----- **PONTO TRÊS – INFORMAÇÃO DO EXECUTIVO, PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SOBRE O PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES (ANMP) RELATIVO À DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO – REGIME JURIDICO DA RESERVA AGRÍCOLA – DL 196/89, DE 14 DE JUNHO;-**

----- O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Como todos podemos verificar, segundo o parecer da ANMP que nos foi enviado, não haverá necessidade do Executivo Municipal submeter à apreciação desta AM os processos que necessitem da Declaração de Interesse Público do Regime Jurídico da Reserva Agrícola. Não sendo esse parecer claro e explícito em alguns dos pontos e, tendo nós, nesta AM, já sido confrontados com a análise de alguns desses processos, em situações um pouco mais delicadas, quero em nome do Grupo da CMNRC deixar uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

Recomendação ao Executivo. Obviamente que o pedido de Declaração de Interesse Público do Regime Jurídico da Reserva Agrícola é um conjunto, muito vasto, de processos que não faria sentido virem todos à AM, porque muitas das coisas acabam por ser relativamente simples. No entanto, alguns terão outro tipo de complexidade e revestir-se-ão de outro tipo de importância, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental ou do ordenamento do território e, julgo que este órgão, face à eventual perda de poder consultivo para se pronunciar acerca deste assunto, deverá elaborar uma recomendação para que, naqueles casos, a Comissão Permanente (CP) venha a analisá-los e, eventualmente, a remetê-los para apreciação nesta AM”. -----

----- A Recomendação apresentada fica **anexa** a esta acta, sob o número **11**. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Gostava de expressar, aqui, a posição que o próprio Executivo tomou. Para quem esteja menos atento a estas matérias, elas comportam alguma delicadeza, quando dizem respeito a determinado tipo de declarações que possam vir a ser solicitadas para fins diversos. Durante os últimos meses, questionou-se a ANMP no sentido de ser explicitado o conteúdo legal das competências exercidas por cada um dos órgãos que constituem uma Autarquia. De acordo com o que aí está veiculado e, numa interpretação clara sobre essa matéria, essa responsabilidade ficará acometida ao Executivo Municipal. Considero que isso é delicado e, nalguns casos, não será adequado e, por isso, independentemente, da Recomendação apresentada julgo que, de acordo com o que foi o sentimento do próprio Executivo Municipal, haverá toda a legitimidade e todo o interesse em que determinado tipo de projectos, de investimentos e de interesses sejam remetidos à AM para se pronunciarem. Dou-vos 2 exemplos perfeitamente inócuos, mas que poderão balizar, claramente, este comportamento - uma coisa será o cidadão requerer a Declaração para a eventual isenção de parte dos seus terrenos que estejam envolvidos em reserva agrícola para poder realizar uma ampliação da residência, construir uma casa ou para encontrar uma solução familiar que ajude a ultrapassar alguns problemas da vida de cada um; a outra, também dentro deste contexto territorial, poderá estar ligada à implementação de uma via municipal, dum edifício de fins múltiplos sociais em que estão em jogo interesses do ponto de vista privados. Estes últimos, julgo que seria adequado continuarem a ser remetidos a este órgão por um a questão de transparência, de objectividade, de procedimento e de equidade. Dentro desta matéria deixo um repto para que a própria CP da AM se possa debruçar sobre esta matéria, para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

qual disponibilizarei o Director de Departamento. Acho que é um procedimento de que a AM não deve prescindir na totalidade, apesar do parecer da ANMP o ter vindo contrariar”. -----

----- **PONTO QUATRO** – INFORMAÇÃO E DISCUSSÃO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA DIRECÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA DO CENTRO (DRE-CENTRO) DE COIMBRA PARA AVEIRO; ----- ;

----- O Membro Celeste Duarte disse: “Infelizmente, já nada nos surpreende nesta linha de ataque aos serviços públicos por parte deste Governo. Primeiro foi a deslocação da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral (DRABL), para Castelo Branco, depois a Direcção Regional de Turismo (DRT), para Aveiro e, agora, a transferência, também, para Aveiro, da Direcção Regional da Economia do Centro (DRE – Centro), naturalmente, para satisfazer alguma clientela que, não queria dizer partidária, mas alguma será. -----

----- Esta medida, que não tem qualquer sustentação técnica, económica ou de gestão eficiente de recursos, é, para, o PCP uma aberração. A DRE - Centro está sediada num edifício próprio, em Coimbra, construído de raiz para o efeito, com todas as condições e valências incluindo as de laboratório, devidamente equipados e sem pagamento de rendas. A centralidade, destes serviços relativa à área abrangente, que todos conhecem, é demonstrativa da justeza de manutenção da localização da actual sede, com melhores garantias de produtividade. As reacções de desagrado dos agentes económicos da região reflectem bem quanto é disparatada a decisão anunciada e a necessitar de ser enterrada. Os utentes destes serviços têm que contactar, igualmente em Coimbra, a Comissão de Coordenação da Região Centro, o Instituto da Conservação da Natureza e de Biodiversidade, os Serviços de Saúde, os Estabelecimentos de Ensino e outros. A par destas razões económicas há ainda a forma como os cerca de 70 trabalhadores estão a ser tratados, como meros objectos sem valor, como já aconteceu na DRABL com efeitos que todos conhecem para os trabalhadores, nomeadamente a reintegração de alguns pelos Tribunais e que hoje estão a ser objecto de ofensivas e atentados psicológicos por não lhes ser distribuída qualquer tarefa pelas chefias. A planificação da vida das suas famílias, as expectativas criadas, os custos associados ao cuidados dos filhos e do seu acompanhamento nas escolas, infantários, centros de saúde e hospitais, são, assim, esquecidos e banalizados . O Governo determinou, autoritariamente, e manda executar, atitude a que nos tem habituado, de há 4 anos a esta parte, com a sua arrogância e prepotência. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

-----O PCP opor-se-á, por todos os meios ao seu alcance, a que o Governo se esteja a servir destes expedientes para, novamente, despedir e enviar trabalhadores para a mobilidade / despedimento, porque é disso que se trata, sobretudo quando cresce o desemprego de forma assustadora. A região e os trabalhadores podem contar com o PCP na defesa dos seus direitos e interesses e, desde já, lhes expressa a sua solidariedade activa. O Grupo Parlamentar do PCP, através da Assembleia da República, já está a tratar de interrogar o Governo sobre estas questões e estará atento, com certeza, nas lutas que for necessário desenvolver”. -----

-----O Membro Filipe Carraco disse: “ A minha intervenção é para referir que, como representante desta AM na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIBM), que reuniu no passado dia 15 de Abril, este tema foi aí tratado e pretendo deixar aqui, exactamente, a mesma perspectiva do que referi na altura. Assim, tive a oportunidade de alertar para o facto de, à semelhança da deslocalização da DRE - Centro, outras deslocalizações têm sido feitas, exactamente, com a mesma falta de critério e de fundamentação. Referi o caso do IND, que foi deslocalizado para Aveiro, da DRAP, que foi para Castelo Branco, da Direcção Regional da Juventude, que foi, também, para Castelo Branco, DRT, que foi para Aveiro e do IDICT, que foi deslocalizado para Viseu. Na perspectiva de que isto não é uma questão de bairrismo ou fundamentalismo regional bacoco, considero que estas deslocalizações assumem aumentos dos encargos que o Estado tem com estes serviços e aumento dos encargos para os utentes, face à sua deslocalização. Por tudo isto volto a reafirmar nesta AM que basta de pagamentos de promessas às paróquias amigas que o Governo tem prestado. Deve prevalecer a lógica e o bom senso de que o interesse das populações, que usufruem destes serviços, bem como os aspectos de ordem económica, devem ser tidos em conta na apreciação destes processos e, nesse sentido faria um apelo às Instituições para reverem toda esta política de deslocalizações, que têm vindo a ser posto em prática, prejudicando as pessoas que usufruem deles e, obviamente, aumentando, de forma ridícula, os encargos que o Estado tem”. -----

-----O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação a este ponto, os meus antecessores já referiram uma das preocupações de que o nosso Grupo também partilha. Coimbra é, em termos históricos, o aglutinar da Região Centro e, realmente, esta saída, ainda mais no momento de crise como o que se regista, vai levantar algumas questões de operacionalidade dos serviços, de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29

acessibilidade dos utentes. Para além disso, e sabendo nós que estrutura económica de Coimbra assenta muito nos serviços, deixa-nos também alguma preocupação da forma como mais um foco de desemprego se poderá reflectir no distrito. Por este mesmo motivo o Grupo do PS, da AM de Montemor-o-Velho é contra esta deslocalização. Para nós não é uma mera questão de troca de galhardetes políticos, mas uma questão da Região, e não de regionalismo como dizia o Membro Filipe Carraco. Não esquecemos que somos habitantes desta Região e, por isso, ela é uma questão supra partidária em que devemos pensar, acima de tudo. Fica o repto aos líderes distritais, do PS e dos outros Partidos, para que, realmente, se preocupem de igual maneira nesta luta, conjunta, por Coimbra e pela Região”. -----

-----O Membro Mário Pardal (CMNRC) disse: “Este é um ponto que dava para uma reunião inteira da AM ou, talvez, mais. Infelizmente carpimos, sempre, mágoas nestas alturas e já é um carpir que se arrasta a algum tempo. Nunca consegui perceber como é que governantes deste país pretendem fazer uma reforma séria e, depois, levam uma DRABL para Castelo Branco - é uma coisa anedótica que não tem explicação. Se compararmos as actividades desenvolvidas ou as superfícies ocupadas em termos de exploração agrícola na Região Centro do País, todos nós conseguimos ver onde estará a maior força e não necessitamos de muitos conhecimentos para poder verificar essa realidade, mesmo ao nível do Instituto Nacional de Estatística e do próprio Ministério da Agricultura que, felizmente, ainda tem gente credível, mas que as cúpulas e os governantes vão descredibilizando. Como é que levam para uma zona fronteiriça, sem desprimor para com esse território, a DRABL e, depois, obrigam as pessoas, todos os dias, a caminhar para Castelo Branco com as devidas ajudas de custo? Reparemos que aqui se encontra a centralidade da Região e, por exemplo, as pescas que estão à beira mar estão a ser comandadas a todos estes quilómetros de distância. Estes senhores estão a prejudicar o país, é preciso que se diga, não estão a prejudicar só os cidadãos, isto é de uma irracionalidade atroz. Porquê? Porque é que a DRABL foi para o interior? Porque o primeiro ministro é de lá e o Director Regional é da Covilhã. Todos os agrupamentos políticos da Assembleia Intermunicipal que é representativa dos órgãos políticos eleitos democraticamente na nossa Comunidade Intermunicipal, socorrendo-se de elementos oficialmente descritos, na área de comércio ou em processos existentes relativamente a combustíveis, a energia e a outros parâmetros colocam Coimbra à frente desta questão. Por tudo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29**

isto e por mais decisões ambíguas, penso que o Governo está a passar os limites do bom senso nestas intervenções. A esta alteração geoestratégica, a este humilhar de Coimbra é tempo de dizer basta. Obrigado”.-----

----- O PCM disse: “Penso que a AM tem toda a razão em tomar muito esta posição que, também, assumimos no Executivo, mas julgo que terá de existir uma afirmação pela positiva, pois não é ao hostilizar os nossos vizinhos que vamos conseguir sustentar este processo. Reafirmo o que tenho dito, enquanto Presidente da CIBM, sabendo a afirmação que Coimbra tem que ter hoje, no século XXI. Quando digo Coimbra, junto-me a Coimbra, estou com Coimbra, numa estratégia que tem que ter a região como centro de desenvolvimento e acreditando que no mapa da regionalização exista um sentido favorável a que Coimbra possa desempenhar a centralidade que pretendemos. Para isso é preciso saber partilhar quando tem de se partilhar, criar estratégia quando tem de se criar estratégia e saber dividir quando tem de se dividir. Isto não contraria em nada a questão da votação da moção, que no próprio Executivo obteve unanimidade e julgo que temos de defender os nossos direitos, os nossos objectivos sem precisar de hostilizar os outros e sem sobrançeria”.-----

----- Foi apresentada, pela AM, a Moção “**Transferência da sede da DRE - Centro**”, conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **12**.-----

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- **PONTO CINCO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A 1ª ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE MONTEMOR-O-VELHO;**-----

----- O Membro Marco Góis disse: “Relativamente a este ponto, daquilo que nos foi possível apurar, parece-nos que estas alterações decorrerão da Lei que entrou em vigor e daí a nada termos a apontar, pelo que iremos votar favoravelmente”.-----

----- O Membro Mário Pardal disse: “Numa linha de continuação em que o Executivo Municipal tem apostado da requalificação e reconversão dos recursos humanos garantindo maior operacionalidade e profissionalismo, vamos votar favoravelmente a proposta e enalteçamos que estas questões não sejam descuradas”.-----

----- O PCM disse: “Gostava de esclarecer alguns aspectos que me parecem importantes, antes de se proceder à votação.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

-----No final de cada ano, de acordo com a legislação que entrou em vigor em 2009, é obrigatório vir à AM a aprovação do Quadro de Pessoal, o que fizemos em Dezembro de 2008, para aplicação em 2009 com a respectiva dotação orçamental que lhe está adstrita. No caso concreto, a aprovação feita no Executivo, ia implicar determinadas atitudes, por parte do PCM, que tem esta competência ou abrir determinados concursos que iriam alterar o quadro que aqui foi aprovado, bem como os respectivos encargos que lhe estão destinados. A questão, então, é dar a conhecer as alterações ao quadro que está preenchido e que vai ser, entretanto, alterado e, consequentemente, se essas tomadas de decisão vão ter repercussão financeira no contexto do seu enquadramento. Assim, do ponto de vista financeiro não há repercussão e, neste caso concreto, apenas se altera o número total de funcionários. As circunstância que levaram a esta situação prendem-se com a desafecção de verbas, provocada pela passagem à reforma de 2 funcionários e pela não imputação de encargos que resultavam de um técnico superior cujo concurso foi anulado e todo esse montante financeiro é superior, em poucos euros, aquilo que está a ser proposto. De qualquer maneira fica a ressalva de que deve haver, futuramente, uma preocupação de, tendencialmente, vir a criar meios financeiros libertos nesta área dos recursos humanos. Isto não implica que, por qualquer passagem à reforma, se proceda a uma reintegração, porque senão vamos mantendo sempre uma estrutura de custos permanentes, fixa, mas terá de vir a ser reduzida”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões – 0; -----

----- Votos a favor – 33. -- -----

----- Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PONTO SEIS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO;-----

-----O Membro Marco Góis disse: “Em relação a este ponto o Grupo do PS, realmente, compreende estas alterações, não tendo contra elas em si nenhuma objecção em particular. No entanto, iremos abstermo-nos”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29**

----- O PJF da Ereira apresentou a **Declaração de Voto**, conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **13**.-----

----- O PCM disse: “Em relação a esta revisão ela contempla dois projectos que não estavam inicialmente integrados com estas denominações no plano de actividades. No que diz respeito à Ereira havia, apenas, referência à estátua do pescador e, de acordo, com o protocolo entre a JF e a CM deverá realizar-se um arranjo urbanístico na zona de inserção da referida estátua e isso implica uma obra da responsabilidade da autarquia que terá de possuir as respectivas rubricas de despesa incluídas no orçamento de acordo com a designação das mesmas. Em contrapartida, a recuperação do leito abandonado entre a zona ribeirinha de Montemor até à Ereira é um projecto que está alvo da contratualização e que só deverá ir para concurso no final do ano, não aumentamos em termos de despesa global o que estava, inicialmente, prevista. O segundo caso é mais simples porque configura uma despesa que já estava prevista com o mesmo montante em termos de um protocolo a assinar com uma Associação Desportiva e que passa, de acordo com o que foi aprovado pelo Executivo Municipal, por uma candidatura ao QREN, através da contratualização. Este processo prende-se com a construção de 2 campos de relvados sintéticos, um na Carapinheira e outro em Arazede, estando a própria reunião de Câmara suspensa até à aprovação desta proposta na AM, estando, então, o Executivo, a partir de amanhã, em condições de enviar para o Diário da República a publicação da abertura deste concurso.” -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstencões - 11; -----

----- Votos a favor – 21. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria. -----

----- **PONTO SETE – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2008.** -----

----- O Membro Marco Góis disse: “Em relação a este ponto e concordando o Grupo do PS, em absoluto, com a análise que já foi feita pelos seus Vereadores e até porque para esta AM é um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29

pouco ingrato discutir estes assuntos, porque raramente acabamos por obter alguma resposta às nossas dúvidas, optei por colocar algumas questões ao Executivo para, se entender, nos responder. -

-----O PCM diz que é necessário fazer investimento em Montemor e que os munícipes e nós próprios isso lhe exigimos , o que é verdade. Investimento em Montemor sim, mas a que preço? Deste relatório de contas, saltam algumas questões que levam a que faça esta afirmação. Aquilo que gostaríamos de ver clarificado é como é que se justifica o resultado líquido negativo de 1 milhão de euros. O preocupante é, não só, o agravamento de 2 milhões de euros no passivo curto prazo, mas também os 25 milhões de euros de passivo global e perguntamos quais são as obras que justificam este montante. Quão longe estaremos nós do momento da insolvência técnica? Por quanto mais tempo será o património da CMMV e a sua respectiva alienação, o balão de oxigénio financeiro? Execuções de receita a 42% e um contínuo aumento da despesa orçamentada - não estaremos a promover o aumento do passivo? Qual é o plano do Executivo para alterar esta situação? Por todas estas dúvidas e todas aquelas que temos vindo a apresentar ao longo destes 7 anos a posição do Grupo do PS será o voto contra e deixaremos, como é habitual, liberdade de voto aos nossos PJF”. -

-----O Membro Celeste Duarte disse: “Estamos em final de mais um mandato e verificamos que os orçamentos e as prestações de contas têm tido alguma coerência com a actuação do Executivo naturalmente e têm merecido, ao longo deste tempo, o mesmo género de críticas da bancada da CDU. Desde há muito, achamos que as verbas orçamentadas não se adequam à realidade e, portanto, neste contexto realidade/obra não é de todo fácil. Juntar a isto a actuação de políticas deste Governo e os sucessivos atrasos do QREN mais difícil se torna, ainda, portanto há aqui também este lado da responsabilidade. A nossa primeira ideia, a nossa primeira vontade era votar contra, mas dado este contexto ficaremos pela abstenção. Não quero, no entanto, deixar de dar conta da preocupação em relação ao nível de endividamento do Município, mas de facto os tempos estão difíceis”. -----

-----O membro Mário Pardal disse: “Felicitó a colega Celeste Duarte pelo que disse porque é uma pessoa de bom senso e que gosta de ver o pano da frente e do avesso, já que entre 2006 e 2008 os anos foram muito particulares e só não vê quem não quer aperceber-se desta realidade. A crise não é só de alguns, é de todos e gostava que os agrupamentos políticos se apercebessem que há uma falha monumental de quem está a gerir o QREN e o deixa, escandalosamente, atrasar 2 anos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO**Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29**

Tínhamos de estar preparados no orçamento, como muito bem foi feito e delineado pela CMMV, para as obras que aí vinham, porque as obras tinham que estar cabimentadas. Fazer uma intervenção centrada numa votação que já nem sei se é a favor se é contra, malhando, apenas no documento, leva-me a questionar se o documento não tem virtualidade. Não se fala no QREN, que tem um atraso irreversível de mais de 2 anos com perdas enormes para os Municípios? Os Municípios nunca mais vão recuperar este dinheiro, porque isto acaba em 2013 e vem-se malhar uma Câmara que tem tido taxas de execução elevadas? Lembro-me de que quando o PS era poder, criticávamos taxas de execução de 28%. Isto está escrito e temos tido sempre taxas de execução muito superiores e teríamos, ainda mais, se não fosse a armadilha que nos foi pregada intencionalmente ou por inabilidade, pois o QREN devia estar implementado há muito tempo. Depois toda a regulamentação se atrasou e temos que ser pragmáticos e realistas e, aí, felicito a CDU pela pureza da sua intervenção, porque entendem estas coisas. Não podemos esquecer que, quando se fala em dinheiros, é preciso cuidado porque há empréstimos e obras que todos aprovámos por unanimidade e, por isso, não venham agora com desculpas. Preocupem-se é com o facto do QREN não se estar a desenvolver como deve ser, pelo que penso que a CMMV até conseguiu um brilharete, trabalhando numa forma excepcional e com credibilidade”. -----

-----O Grupo da CMNRC, apresentou uma **Declaração de Voto** a esta AM, conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **14**.-----

-----O Membro Marco Góis uso, de novo, da palavra, dizendo: “Permitam-me 2 ou 3 pequenos esclarecimentos. Não fiz nenhuma crítica aos 42% e, também, não sei se eram 28% noutras alturas, mas sou uma pessoa ambiciosa e gostaria que fosse mais. Por outro lado, não foi o número em si que critiquei, mas o facto de continuar a haver um aumento da despesa orçamentada, o que é totalmente diferente e termos resultados líquidos negativos.-----

-----Quanto ao facto do documento não conter virtudes, também não apontei defeitos. Se sou criticado porque aponto defeitos então acho que, também, tenho o direito de criticar o Grupo da CMNRC porque só encontra virtudes. -----

-----Em relação à parte dos empréstimos, realmente, eles aconteceram e foram aprovados, também, por nós, e aí somos o único Grupo nesta AM que tem feito isso, a partir do momento em que entendemos que a situação económica da CMMV não podia caminhar naquele caminho. Fomos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

o único Grupo que esteve sempre contra todo e qualquer empréstimo, mas não esquecemos que a gestão dos dinheiros não é nossa, nem do Grupo da CMNRC. Obrigado”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação que obteve o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 05;-----

----- Abstencões – 08;-----

----- Votos a favor – 19. -----

----- Esta proposta foi aprovada por maioria.-----

----- O PCM disse: “Este é um ano especial e não vale a pena estarmos a esgrimir questões que ultrapassem o sentido objectivo da leitura do conteúdo deste documento em termos programáticos, em termos de planos, em termos de execução. O que está em causa é cada um, dar o seu parecer, a sua análise ao que lhe pareça mais enfático ou menos correcto. -----

-----Não podemos esquecer que estamos num período delicado em que constatamos uma fragilidade social, económica e financeira que todos vivemos e, ao mesmo tempo, somos confrontados com um período em que o combate político-partidário que se avizinha será motivante por um lado, desafiador por outro. Deixem que diga, claramente, que nesta matéria todos os Grupos, são responsáveis, porque votaram por unanimidade a redução do IMI, dispensar derramas e isentar um conjunto de impostos directos e indirectos que têm vindo a decrescer nos últimos 3 anos. Este decréscimo já atinge 20%, relativamente a anos anteriores, o que significa que o auto-financiamento e a libertação de meios, por parte da Autarquia, está mais comprometido, portanto, não sejamos hipócritas e estou a falar para todos. Neste momento, a receita não acompanha o ritmo da própria despesa e aí, permitam-me que chame a atenção para isso, porque continuaríamos a ter a mesma receita, se não tivéssemos cortado 25% no IMI para os prédios novos e 20% para os antigos, deixado de receber entre 100 a 150 mil euros na derrama, reduzido taxas e serviços que estamos a prestar, mantido o preço da água ou serviços de saneamento sem taxas aplicadas. Se forem verificar, até 2001, a receita máxima total auferida por este Município, andava na casa dos 10 aos 13 milhões de euros. Ao longo destes 7 anos, a média passou para 16 milhões, com momentos em que se chegou aos 18 e aos 20 milhões através de transferências, de empréstimos ou de execuções variadas que permitiram que aumentássemos a capacidade de gestão e endividamento e, dentro

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

dessa matéria, se também forem claramente honestos do ponto de vista intelectual, verificam que, de 2007 para 2008, o agravamento do passivo é, praticamente, nulo ou insignificante, independentemente, de ter sido registado cerca 1 milhão e que resulta de quê? Fundamentalmente, do empréstimo de curto prazo que transitou de um exercício económico para outro e porque há, pelo menos uma obra - a recuperação da 335-1 entre a Volta da Tocha e Arazedo - que até 31 de Dezembro de 2008 tinha sido considerada por motivo de execução do III QCA e para o qual não tínhamos recebido um único tostão apesar da existência de um protocolo assinado com as Estradas de Portugal e com o QREN. Por outro lado, o orçamento incluiu toda a dívida existente, cerca de 37.7 milhões de euros, de imobilizado ou corrente, que teria de ficar apenso ao exercício económico seguinte e ainda 3 grandes obras que deveriam ter arrancado em 2008 e não arrancaram porque o QREN não funcionou. Não esqueçam que, em de Julho do ano passado, a CMMV abriu concurso para colocar rede de saneamento e ETAR em 7 Freguesias, no montante global de 12 milhões e 120 mil euros, em 27 de Agosto entregámos a candidatura no programa operacional de valorização de território e, volvidos 8 meses, ainda não obtivemos qualquer resposta. Se tudo tivesse corrido normalmente tínhamos, pelo menos, locado à execução orçamental do ano passado, sendo pessimista, 20 a 25% desses 12 milhões. Relativamente ao Centro Educativo de Montemor (CEM), em Junho, foi assinada a sua homologação para concurso de modo a começar em Outubro ou Novembro. Em Setembro, e por solicitação do Ministério da Educação, suspendeu-se a sua execução de modo a que realizasse uma deslocalização do espaço, inicialmente, previsto e, na defesa dos interesses superiores do Município acordámos nessa matéria. Assim, só em Dezembro, foi possível lançar o novo concurso, cuja adjudicação pode ser feita a todo o momento, prevendo-se que arranque em finais de Maio ou Junho. Por último, uma referência ao Centro de Alto Rendimento de Montemor (CARM), em que a candidatura deveria ter sido apresentada até Setembro, depois Novembro, Janeiro e, finalmente, a 27 de Março de 2009 foi entregue e as obras estão prontas a serem iniciadas. Apresentei, de propósito, estes 3 factos onde, de acordo com o discurso oficial do Governo, a obra pública quando exercida em termos autárquicos e municipais é motivo para recuperar alguma da assimetria financeira que o País vive. Nesta matéria, Montemor está na primeira linha com projectos prontos na Educação, Ciclo Urbano da Água e PIN's. Estas 3 áreas envolvem 9 milhões de euros para o saneamento, dos quais 6 milhões poderão ser

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

comparticipados e a Autarquia vai ter de disponibilizar cerca de 3.300 milhões de euros; o CEM, 2 milhões de euros de investimento e para o qual teremos de disponibilizar cerca de 700 a 800 mil euros; o CARM cujo valor global deverá rondar os 15 milhões, dos quais 3.700 milhões serão da autarquia. Para além destas há um conjunto de obras já lançadas a concurso, como por exemplo, a recuperação do eixo viário do Vale que vai englobar, o tratamento da Carapinheira e das suas zonas envolventes, nomeadamente Meãs e a da Gândara que dará continuidade à obra já feita até às Faíscas, até ao Parque Logístico e Industrial de Arazede. Assim, com este conjunto de obras aprovadas e lançadas, compreende-se facilmente o porquê dos 42% de realização em 2008. Não podemos ir mais longe do que aquilo que nos é permitido. -----

-----Sobre a questão do endividamento, permitam um reparo: a leitura efectuada terá, por ventura, sido muito rápida, pois, se verificarem, o único factor que cresce no, curto prazo, é o imobilizado resultante de contratos feitos para obras. Estão lá como dívidas a empreiteiros, a fornecedores de imobilizado, não foi para lançar foguetes. Se forem aos relatórios, de 2002 até hoje, podem verificar qual o nível de execução e ainda o que está em transferência como dívida. Temos vindo a fazer um investimento próximo dos 8 milhões de euros e, se repararem na conta de 2008, uma grande parte foi feita nas escolas, porque é preciso melhorar essas escolas como as de Arazede, da Bunhosa, de Tentúgal, da Portela e da Carapinheira onde a resposta através de Centros Educativos não pode ser imediata e adjudicámos, também, 12 conjuntos de quadros interactivos até porque considero que a Educação é um dos pilares do desenvolvimento. Dentro desta matéria, sejamos claros - isto tinha que ser feito a determinada altura. É de risco? É sim senhor. Tem solvabilidade? Tem sim senhor. Para ultrapassar isto, há um plano? Há e quero ver, quando esse plano for apresentado, como é que vão reagir os Grupo desta AM. Ele vai permitir ultrapassar a solvência actual e libertar meios. Se repararem, que património vendemos até hoje? Em 2008, talvez uma leira que alguém precisava que rendeu 3 mil euros. O resto toda a gente sabe ou já se esqueceram? No PLIA, à Naturar, no parque Municipal de Negócios de Montemor, à fixação da AGNI, da Cofanor, do ferro fundido e de outras empresas que lá estão. Dentro desse património qualquer lote vale 10 e é vendido a 6 com base numa bonificação que aprovámos, para trazer trabalho qualificado, empregabilidade para o concelho. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Abril, 29***

----- Como palavra final, retomo a minha intervenção inicial - se conseguirmos abstrairmo-nos da questão política do ponto de vista do ano que atravessamos e das circunstâncias em que estamos, todos os outros aspectos, que podem ser pontuais, podem ser encarados de uma forma não politizada e, muito menos, de conflituosidade, para encontrarmos soluções positivas face à situação vigente”. -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em minuta, todos os pontos da OT, para efeitos imediatos. -----

----- O PMAM perguntou, finalmente, aos elementos do público presente se desejavam fazer alguma intervenção, o que não registou, pelo que foi encerrada a Sessão, às dezoito horas e trinta minutos, da qual, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr.